

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**  
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 20 DE**  
3 **DEZEMBRO DE 2016, ÀS 15 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO**  
4 **MENDES.**

5 Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às quinze horas, na  
6 Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente  
7 convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius David e com as  
8 presenças dos Conselheiros: Girlene Alves Da Silva, Eduardo Antônio Salomão Condé,  
9 Janezete Aparecida Purgato Marques, Maria Carmen Simões Cardoso de Melo, Ana  
10 Livia de Souza Coimbra, Valéria Faria, Sandro Rodrigues Mazorche, Cláudio Galuppo  
11 Diniz, Ilka Schapper, Ricardo de Cristófaró, Ana Paula Ferreira, Gilmar José dos  
12 Santos, Marise Pimentel Mendes, Aline Araújo Passos, Lourival Batista de Oliveira  
13 Júnior, André Silva Martins, Jeferson Macedo Viana, Zuleyce Maria Lessa Pacheco,  
14 Hélio Antônio da Silva, Maria Alice Junqueira Caldas, Neiva Ferreira Pinto, Ângelo  
15 Atalla, Elton Geraldo de Oliveira Gões, Cristina Simões Bezerra, Rubens Luiz  
16 Rodrigues, Andréa Vasallo Fagundes, Arthur Alfredo Nunes Avelar, Bárbara Aparecida  
17 Bepler Pires, João Pedro Carvalho dos Reis, Lígia Carvalho Barbosa, Lucas Cristian de  
18 Oliveira, Welton de Abreu Henriques, Laura Matos Vasconcelos, Lucas da Silva  
19 Simeão, Maria dos Remédios P. da Silva, Márcia Aparecida de Paula e Souza, Janemar  
20 Melandre da Silva, José Farias Lima, Dênis Alves Perdigão, Ângelo Márcio Leite  
21 Denadai, Peterson Marco de Oliveira Andrade e José Geraldo Neto de Faria, realizou-se  
22 mais uma reunião do egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de  
23 Fora. Havendo quorum legal, o Senhor Presidente iniciou a reunião saudando a todos e  
24 todas. Solicitou que fosse realizada correção na Ata do dia 27 de outubro de 2016, onde  
25 foi digitada uma palavra erroneamente. Após este ajuste, encaminhou para deliberação a  
26 aprovação das atas das reuniões dos dias 21/10/2016, 25/10/2016 e 27/10/2016, as quais  
27 foram aprovadas, por unanimidade. Em tempo, justificou a ausência dos Conselheiros:  
28 Hélio Antônio da Silva, Dimas Augusto de Carvalho, Clarisse Cassab Torres, Gustavo  
29 Francis Abdala, Ricardo Tavares Zaidan que estaria substituindo Altemir José  
30 Gonçalves Barbosa que goza férias e André Luiz Marques Marcato. Fez uma saudação  
31 especial aos novos conselheiros, a diretora da Faculdade de Fisioterapia, Prof<sup>a</sup>. Maria  
32 Alice Junqueira Caldas e Prof. Jeferson Macedo Viana, diretor da Faculdade de  
33 Educação Física, como também enfatizou a primeira participação do Prof. Rubens Luiz  
34 Rodrigues como presidente da Associação dos Professores de Ensino Superior - APES.  
35 Depois, iniciaram-se os **Comunicados da Presidência**. O Senhor Presidente fez  
36 considerações justificando a não realização da reunião de novembro de 2016 em razão  
37 dos movimentos de greve. Passando ao primeiro aviso, destacou o desempenho e  
38 comprometimento da equipe responsável pela realização das provas do Programa de  
39 Ingresso Seletivo Misto - PISM 2017, realizado nos dias 11 (onze) e 12 (doze) de  
40 dezembro de 2016, que apesar dos percalços em razão da mudança de direção no  
41 decorrer do processo, concluiu o expediente da melhor forma possível. Em seguida,  
42 informou sobre a nova coordenação da Comissão Permanente de Seleção (Copese),  
43 agora a cargo da professora Ângela Maria Corrêa Gonçalves. Notificou também que no  
44 início de novembro de 2016 ocorreu a substituição do procurador Dr. Marcelo de Castro  
45 Silva pela procuradora da AGU Dr<sup>a</sup>. Adriana de Almeida Menezes. Citou a notícia  
46 veiculada pela mídia no início do mês em relação a um convênio da Universidade  
47 Federal de Juiz de Fora e a Secretaria de Transporte e Trânsito – SETTRA de Juiz de  
48 Fora, quanto a regras de trânsito no anel viário, onde Ministério Público questiona a  
49 instituição a cerca das providências que vem sendo tomadas no que tange ao controle e  
50 regulamentação do trânsito no *Campus* da universidade. Informou que foram

1 apresentados alguns encaminhamentos como forma de solucionar a demanda, gerindo  
2 assim melhor o trânsito, inclusive com a possibilidade de ser estabelecido um convênio  
3 com a SETTRA. No entanto, o processo ainda se encontra em discussão no Ministério  
4 Público, sendo levantadas algumas alternativas, mas sem nenhuma decisão. Inteirou da  
5 importância de comunicar a todos o calendário acadêmico, assunto da reunião do  
6 Conselho Setorial de Graduação - CONGRAD realizada nesta manhã. Dessa forma,  
7 passou a palavra à Pró-reitoria de Graduação, Maria Carmen Simões Cardoso de Melo,  
8 para que repassasse as deliberações realizadas pelo Conselho. A Pró-reitora saudou a  
9 todos e anunciou a decisão do Conselho. Quanto às proposições para recomposição do  
10 calendário acadêmico ficou determinado o retorno às aulas no dia 09 de janeiro de 2017  
11 para o *Campus* de Juiz de Fora e no dia 03 de janeiro de 2017 para o *Campus* de  
12 Governador Valadares. Foi também pauta de considerações pelos Conselheiros a  
13 possibilidade de repetir possíveis atividades e avaliações repassadas na semana do dia  
14 19 a 23 de dezembro de 2016 aos alunos ausentes, assim como uma ponderação das  
15 frequências, para evitar prejuízo aos mesmos. Esclareceu que um comunicado será  
16 repassado aos coordenadores de curso e aos diretores das unidades para a transmissão  
17 do que foi ajustado sobre o assunto. O Senhor Presidente retomou a palavra, informando  
18 que nos dois últimos meses foram realizadas 05 (cinco) reuniões na ANDIFES, em  
19 razão do momento vivido pelas instituições face aos diversos movimentos de  
20 greve/ocupação por parte das duas categorias de servidores e dos estudantes e ocorridos  
21 devido à votação da PEC 241 pela Câmara e Senado Federal e da publicação da medida  
22 provisória do ensino médio, como também das medidas anunciadas ou implantadas de  
23 retaliações por parte do Governo ou por Órgãos de controle a estes movimentos.  
24 Ressaltou ter sido um período tenso, com várias reuniões onde os reitores procuraram  
25 tomar posições as mais homogêneas possíveis, salientou que a ANDIFES manteve  
26 durante todo o período uma postura firme, não criminalizando os movimentos ou se  
27 submetendo a medidas que representassem represálias ou punições aos mesmos,  
28 manifestando-se, inclusive, incisivamente contra o principal motivo do movimento, que  
29 foi a PEC 241. Pontuou que também foram realizadas outras reuniões com a AGU,  
30 MEC, ANDES e FASUBRA no período. Avaliou que, após o encerramento dos  
31 movimentos, em que pese todas as reações e ameaças muito fortes realizadas pelo  
32 governo, a ANDIFES conseguiu, no seu campo de luta, manter uma posição muito  
33 ativa, baseada no princípio da autonomia das universidades, que foi levada de modo  
34 muito clara ao Ministério da Educação, ao Ministério do Planejamento. O Presidente  
35 expressou sua satisfação em participar das reuniões, apesar das tensões, debates e  
36 pressões muito fortes sobre as reitorias, corroborando que o resultado final foi muito  
37 positivo. Comunicou que o orçamento de 2017 também foi pauta das reuniões, sendo  
38 assunto que será abordado em ponto específico na presente sessão assim como o  
39 fechamento do orçamento de 2016. Salientou sua preocupação com o cenário de 2017, o  
40 impacto da PEC 241 para a instituição e, como será uma ameaça à permanência dos  
41 professores nas Instituições Federais, destacou que uma possível aprovação de uma  
42 reforma previdenciária, reduzirá fortemente o quadro de servidores das universidades.  
43 Justificou ainda, a retirada da pauta da demanda sobre a instituição do controle de  
44 assiduidade e pontualidade da presente reunião em razão da greve dos estudantes e das  
45 duas categorias, sendo a mesma novamente inserida em próximas discussões. Informou  
46 de uma possível reunião extraordinária do CONSU para resolver a situação de  
47 transferência de obras do Museu de Arte Moderna Murilo Mendes – MAMM, visto que  
48 parte do acervo ainda se encontra em Portugal e medidas mais efetivas tenham que ser  
49 tomadas envolvendo o Ministério Público para obtê-las. O Senhor Presidente, abriu a  
50 pauta com a proposta de inversão da ordem do dia, onde primeiro seriam analisados

1 processos ou proposições com parecer e, em seguida, aqueles que independem de  
2 parecer, o que foi aprovado por unanimidade. Passou-se, então, ao primeiro ponto de  
3 pauta. **1.1 - Processo nº 23071.020998/2016-04 – Plano Anual de Atividades de**  
4 **Auditoria Interna/PAINT – 2017.** (Parecer: Conselheiro Eduardo Salomão Condé). O  
5 Senhor Presidente solicitou aos conselheiros autorização para a entrada no plenário do  
6 Auditor Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora, Ênio Henrique Teixeira,  
7 rogativa que foi totalmente legitimada. O auditor então também requisitou a  
8 participação do administrador da auditoria, Ricardo José Torres Alves, o que também  
9 foi permitida. Em seguida, após saldar a todos, o auditor procedeu a apresentação do  
10 plano anual de atividades de auditoria interna, relativo ao exercício de 2017, suas metas  
11 e ferramentas agregadas; o processo padrão, baseado em planejamento e fortalecimento,  
12 exibindo uma matriz *SWOT* para ilustrar os trabalhos, justificando as solicitações e  
13 salientando a importância dos trabalhos dos auditores. Apresentou a missão, visão e  
14 objetivos da unidade de auditoria interna, ressaltando os objetivos estratégicos.  
15 Asseverou que o apoio à Auditoria-Geral por parte da Administração Superior é  
16 primordial para a completa e regular execução do presente PAINT na nova  
17 metodologia, no sentido de buscar a instalação de uma sede preparada e apropriada aos  
18 trabalhos da auditoria, a remoção de servidores de outras unidades para a Auditoria-  
19 Geral, bem como a aprovação da revisão do Manual de Auditoria e a atualização do  
20 Programa de Monitoramento do PAINT e do Processo de Auditoria. No que tange a  
21 parte de recursos humanos relatou que na lotação atual dos servidores da Auditoria-  
22 Geral percebe-se uma desproporcionalidade na comparação do orçamento da despesa  
23 empenhada de 2016 e destacou que na lotação planejada no presente PAINT,  
24 considerada a ideal para a realidade atual, haverá uma melhor distribuição de servidores  
25 e proporcionalidade na comparação do orçamento da despesa empenhada de 2016.  
26 Reforçou a necessidade da admissão e/ou remoção de um Analista de Tecnologia da  
27 Informação, um Engenheiro, um Assistente em Administração e um Secretário-  
28 executivo, justificando que a lotação dos servidores supracitados nos quadros da  
29 auditoria será de fundamental importância e propiciará um maior e melhor  
30 desenvolvimento das atividades a serem realizadas. Apresentou os critérios adotados  
31 quanto a matriz de risco e partilhou quanto à previsão das ações de capacitação e  
32 participação de eventos que a mesma foi estruturada buscando o desenvolvimento  
33 básico e avançado do servidor, tendo por objetivo atender ao inciso III do artigo 4º da  
34 Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, revelando o necessário  
35 para atender ao disposto, através do oferecimento pela UFJF, por meio da Pró-Reitoria  
36 de Gestão de Pessoas ou por órgãos e/ou instituições externas. Evidenciou que no  
37 exercício de 2016, a Auditoria Geral implantou diversas ações de fortalecimento da  
38 unidade, abrangendo diferentes áreas, bem como buscou alternativas para a melhoria da  
39 estrutura física do local de trabalho. Destacou que a Universidade recebeu o prêmio pelo  
40 desenvolvimento do Programa de Monitoramento do Plano Anual das Atividades de  
41 Auditoria Interna (PAINT), no 04º Concurso de Boas Práticas do Ministério da  
42 Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). Finalizando,  
43 partilhou que objetivo do presente PAINT/2017 e seus agregados é buscar a promoção  
44 da qualidade e eficiência da Auditoria-Geral, sendo de fundamental importância a sua  
45 aprovação integral. Após a exposição das considerações realizada pelo auditor geral, foi  
46 dada a palavra ao conselheiro Eduardo Salomão Condé para proceder a leitura de seu  
47 relatório. O conselheiro destacou que, tendo todos os conselheiros recebido o conteúdo  
48 de seu relatório, passaria a apresentar seu parecer, transpondo ao mérito nele contido.  
49 Enfatizou a relevância da auditoria interna para o desenvolvimento da vida institucional  
50 da Universidade, seja como órgão de assessoramento, seja como órgão que

1 acompanha, registra e também fiscaliza a vida da universidade, tratando-se, hoje, de um  
2 setor estruturado com 08 auditores profissionais e que pode contribuir com uma  
3 melhor institucionalização da vida universitária. Procedeu a observações quanto a  
4 algumas considerações, primeiramente quanto à matriz de riscos, onde os temas  
5 elencados refletem questões caras ao desenrolar da vida da UFJF e certamente merecem  
6 a classificação dada. Ressaltou que o fato de que as nominadas “atividades  
7 extraordinárias” podem adquirir relevância ao longo do ano. Observando o caráter de  
8 assessoramento da auditoria interna ao Reitor, aliado ao fato de a Universidade estar  
9 passando por um processo de acompanhamento de vários temas que impactam o  
10 cotidiano, asseverou que deve existir espaço para a inclusão de temas que sejam  
11 pertinentes de acompanhamento e que podem impactar a matriz de risco, mas que, no  
12 entanto, deve haver uma janela para demandas outras dentro da estratégia de  
13 prioridades do setor. Realizou observações sobre as ações para 2017 e solicitou ao  
14 Auditor Geral, presente então na oportunidade, esclarecimentos quanto à requisição de  
15 “realizar os procedimentos de implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)  
16 no âmbito desta unidade”, uma vez que não ficou clara para o relator a real intenção da  
17 Auditoria. Após as elucidações apresentadas, finalizou o seu parecer, enfatizando que  
18 apenas a sua última observação, elucidada pelo auditor, estaria, então, prejudicada. Dessa  
19 forma, esclarecido que a solicitação de implantação do SEI estava relacionada ao âmbito  
20 da Auditoria Geral da UFJF, o relator se pronunciou favoravelmente ao pleito. Em  
21 seguida, o Senhor Presidente colocou a pauta em regime de discussão, sendo cedida a  
22 palavra ao Sr. Ângelo Denadai, que cumprimentou a todos buscando explicações quanto  
23 à solicitação de movimentação de um dos auditores de Governador Valadares para Juiz  
24 de Fora. Pela ordem, o relator do parecer informou que a questão de movimentação  
25 de pessoal é matéria de processo específico, não sendo, portanto, vinculada à aprovação  
26 do presente relatório. Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente postulou que o  
27 auditor geral e o administrador se ausentassem para abrir a pauta para votações, com os  
28 esclarecimentos e ressalvas apresentadas pelo Professor Eduardo Condé. Na sequência,  
29 realizou a deliberação do parecer, sendo o mesmo aprovado, por unanimidade. Dando  
30 continuidade à reunião, passou-se ao segundo ponto de pauta: **1.2 - Processo n°**  
31 **23071.022476/2016-39 – Idiomas sem Fronteiras** (Parecer: Conselheiro Eduardo  
32 Salomão Condé). O Conselheiro esclareceu que Existe uma ação no orçamento da  
33 Universidade, descrita na Lei Orçamentária Anual - LOA que contempla as ações  
34 ligadas à internacionalização, onde existem recursos específicos os quais vem lotado no  
35 orçamento e hoje a Diretoria de Relações Internacionais - DRI tem autonomia para  
36 utilizar estes meios, em custeio ou capital, sendo tal ato discricionário. Enfatizou que a  
37 proposta é usar parte deste recurso para a criação de 05 (cinco) bolsas. O CONSU  
38 precisa autorizar a criação de bolsas através de uma resolução específica apesar de já  
39 existir os recursos. Destacou que a proposta terá um impacto orçamentário de R\$ 36.000  
40 (trinta e seis mil reais) para este ano. Destacou que o processo em tela trata da proposta  
41 de criação de bolsas para atendimento ao Programa “Idiomas Sem Fronteiras”, onde  
42 atualmente o Ministério da Educação arca com cinco bolsas para a língua inglesa,  
43 remunerando também a coordenação do programa, e a proposta solicita a este Conselho  
44 que produza resolução para a inclusão de bolsas, no âmbito da UFJF, para permitir a  
45 inclusão de novas línguas no mesmo projeto – italiano, francês, espanhol, alemão e  
46 português para estrangeiros. O Conselheiro passou a leitura do seu parecer sobre o  
47 assunto, realizando as considerações e observações necessárias, cientificando ser o  
48 parecer favorável à aprovação do presente processo, com as modificações postuladas.  
49 Em seguida, o Senhor Presidente colocou a pauta em regime de discussão, sendo cedida  
50 a palavra ao Professor Cláudio Galuppo Diniz, do Conselho Setorial de Pós-graduação e

1 Pesquisa que após reverenciar a todos questionou quanto às pessoas que seriam  
2 elegíveis a bolsa em questão, sendo a interpelação respondida pelo Professor Eduardo  
3 Condé, uma vez que a bolsa se destina a professores, alunos e servidores com  
4 proficiência, devendo tal requisito inclusive constar no edital. Na sequência, a  
5 Professora Neiva Ferreira Pinto, da Faculdade de Letras esclareceu a importância do  
6 edital e suas orientações, enfatizando que as bolsas serão então destinadas aos  
7 professores, alunos e servidores devidamente aprovados no exame de proficiência,  
8 ressaltando novamente a imprescindibilidade do edital. Pela ordem, como relator do  
9 parecer, o Conselheiro Eduardo Condé retomou a palavra, assinalando que se trata de  
10 mais uma ação visando à institucionalização da internacionalização no âmbito da  
11 Universidade, ampliando as fronteiras da UFJF e os horizontes para os próprios alunos,  
12 além de proporcionar a oportunidade para professores e técnicos aprimorarem seus  
13 recursos de formação. Corroborou que a bolsa se aplica a várias atividades que de uma  
14 maneira ou de outra podem afetar tanto professores quanto técnicos, informando  
15 inclusive que a Diretoria de Relações Internacionais – DRI está promovendo a  
16 conversão da página da UFJF para acesso em inglês, existindo a possibilidade de todos  
17 os programas de pós-graduação passarem a contar com páginas em inglês, tudo isso  
18 fazendo parte do esforço de internacionalização da Universidade. A Professora Neiva  
19 Ferreira Pinto retomou o discurso enfatizando a importância da tradução, como também  
20 destacando a existência do bacharelado em tradução da Faculdade de Letras e a Oficina  
21 de Tradução que está sendo desenvolvida pelo departamento criado. Passada a palavra  
22 ao Professor Elton Oliveira, o mesmo saudou a todos registrando uma observação  
23 quanto ao valor final orçamentário das bolsas como sendo de R\$ 30.000,00 (trinta mil  
24 reais) e não R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) como noticiado. Na sequência, o  
25 Conselheiro Arthur Avelar, representante do Diretório Central dos Estudantes – DCE,  
26 indagou quanto a distribuição das bolsas em relação aos Campi de Juiz de Fora e  
27 Governador Valadares. O parecerista preveniu que o edital será aberto e que  
28 naturalmente, a priori, qualquer candidato com proficiência seja de qualquer um dos  
29 campi poderá participar do processo. O Conselheiro Cláudio Diniz inquiriu acerca da  
30 aplicação do exame de proficiência TOEFL ITP, se os bolsistas em questão  
31 centralizariam a aplicação do mesmo. O Professor Eduardo Condé observou que um das  
32 atribuições dos bolsistas será a de acompanhar a aplicação do referido exame, uma vez  
33 que juiz de fora é aplicadora do TOEFL ITP e em muitas situações são utilizados  
34 aplicadores sem proficiência. O Professor Cláudio Diniz retomou a palavra interpelando  
35 quanto a possível realização de cursos de preparação/capacitação de alunos, professores  
36 e servidores interessados em realizar o exame de proficiência junto aos bolsistas e a  
37 própria DRI. O Professor Condé asseverou que a demanda certamente poderá ser  
38 pleiteada e analisada junto a DRI. Inexistindo outras inscrições, o Senhor Presidente  
39 encaminhou a pauta para votação, com os esclarecimentos e retificações apresentadas  
40 pelo Professor Eduardo Salomão Condé. Na sequência, em votação, o plenário do  
41 CONSU aprovou a criação de 05 (cinco) vagas de professor bolsista para o programa  
42 Idiomas sem Fronteiras com as alterações sugeridas no parecer, por unanimidade. A  
43 seguir, o Senhor Presidente deu início ao item: **2.1 – Relatório Prévio da Execução  
44 Orçamentária e Informações do Orçamento para o Ano de 2017** – O Senhor  
45 Presidente retomou a pauta apresentando o ponto relativo às proposições que  
46 independem de parecer relativo ao relatório prévio da execução orçamentária,  
47 esclareceu o motivo de ser um relatório preliminar visto que ainda existem execuções  
48 em andamento, programações de diversos pagamentos até o final do ano e apenas uma  
49 antecipação do orçamento para 2017 lançado pelo Governo, necessitando de ajustes.  
50 Evidenciou que o desempenho de fechamento do orçamento de 2016 foi executado de

1 forma tranquila, sendo empenhado a totalidade do orçamento liberado. Salientou que os  
2 números retratados poderão sofrer pequenas alterações até o fechamento do exercício,  
3 ratificou que algumas despesas estão apenas projetadas e outras ainda não foram  
4 delineadas, porém salientou ser possível apontar um retrato dos dados. Realizou a  
5 apresentação através da exibição do quadro do orçamento do exercício de 2016,  
6 aprovado pelo CONSU, retomando as projeções de três cenários de receitas diferentes  
7 para o ano de 2016, sendo um pessimista, um realista e outro otimista, com um mínimo  
8 e um máximo estimado, onde indicou a receita realista de R\$ 113.000.000,00 (cento e  
9 treze milhões de reais), onde após alguns ajustes e negociações de dívidas que foram  
10 levantadas, foi a mesma fechada, ficando a receita acima do esperado e próxima à  
11 projeção otimista. Informou que o total de recursos de custeio disponibilizados para a  
12 universidade foi liberado e que, em relação aos recursos de capital, apenas foram  
13 autorizados a execução de cinquenta por cento do total. Explicou a estratégia usada para  
14 executar todo o limite do orçamento de 2016, através de planejamento, aplicação de  
15 saldos de empenho e compensações. Enfim, foi comunicado que foram empenhados os  
16 R\$ 132.000.000,00 (cento e trinta e dois milhões de reais) liberados, com o resguardo  
17 de alguns valores como reserva para o orçamento do próximo ano. Relacionou as  
18 dívidas da instituição existentes antes do início desta gestão, informando os valores dos  
19 débitos com a CEMIG, CESAMA, Transportadora Camilo dos Santos, Pitágoras,  
20 Universidade Vale do Rio Doce – Univale e Maternidade Terezinha de Jesus. Ressaltou,  
21 também, que a atual gestão compensou os recursos que haviam sido usados pela  
22 universidade e não devolvidos aos coordenadores de diferentes projetos acadêmicos.  
23 Em seguida, delineou o orçamento para o ano de 2017, lançado previamente no Sistema  
24 de Orçamento do Governo Federal, fazendo uma observação para falar da PEC do teto  
25 de gastos; pontuou que orçamento da UFJF no total terá um crescimento de 10% (dez  
26 por cento), ressaltando, no entanto, a receita de recursos próprios, projeção de recursos  
27 arrecadados pela Universidade que independem do orçamento do tesouro do governo,  
28 que são em sua grande parte vinculados ao CAED, que inclusive solicitou uma  
29 ampliação da projeção para o ano de 2017. Informou que retirados os números então  
30 mencionados relativos a custeio relacionado a recursos próprios, o orçamento da  
31 instituição cresce em valores nominais, porém abaixo da inflação tendo um crescimento  
32 mais ou menos de 2,5% (dois e meio por cento). Comunicou que o orçamento de  
33 pessoal tem uma projeção de crescimento de 9,48% (nove vírgula quarenta e oito por  
34 cento), revelou também sua inquietude em relação a custeio-tesouro, uma vez que os R\$  
35 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) de recursos de custeio disponibilizados  
36 para 2016 caíram para R\$ 94.000.000,00 (noventa e quatro milhões de reais) no  
37 orçamento de 2017. Relatou que foi realizada uma primeira reunião em Brasília para  
38 questionar os valores reservados para o próximo exercício, visto que o número  
39 anunciado pelo MEC foi a redução de 6,7% (seis vírgula sete por cento) no orçamento  
40 de custeio e que o corte de nosso orçamento de custeio está muito além do comunicado  
41 pelo MEC. Destacou estarem provisionados para a instituição, quanto aos recursos de  
42 capital os montantes de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para o Campus de  
43 Juiz de Fora e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para o Campus de Governador  
44 Valadares. Considerou que a ANDIFES conseguiu negociar na Comissão de Educação  
45 do Orçamento e na Comissão de Ciência e Tecnologia do Orçamento duas emendas  
46 para serem distribuídas para as universidades, contudo como as mesmas tiveram uma  
47 redução de 90% (noventa por cento) nos seus valores, e como o percentual inerente a  
48 UFJF corresponde a 2% (dois por cento) do montante no sistema, não terão assim, uma  
49 representarão expressiva no orçamento de 2017. Destacou a execução integral do  
50 percentual de taxas dos projetos do CAED, sendo executados mais de R\$ 20.000.000,00

1 (vinte milhões de reais) no ano de 2016. Finalizou a apresentação se colocando a  
2 disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Na sequência o Senhor  
3 Presidente passou a palavra para o Conselheiro Eduardo Condé, que realizou dois  
4 adendos quanto às observações então apresentadas, sendo o primeiro com relação à  
5 execução do custeio, que depende principalmente das compras que a universidade  
6 precisa realizar, onde em muitas licitações vários itens se perderam, prejudicando assim  
7 algumas licitações. Ressaltou, contudo, que todas as licitações foram apregoadas, não  
8 havendo perda de licitação e sim perda de itens, havendo inclusive um sucesso  
9 expressivo em muitos pregões de grande porte e algumas dificuldades com fornecedores  
10 quantos aos pregões menores, prejudicando a execução do orçamento no final do ano.  
11 Salientou que em razão destes e outros obstáculos, como falta de documentos, por  
12 exemplo, ainda existem empenhos para serem praticados. Em seguida, afirmou sua  
13 apreensão quanto ao orçamento de 2017, acreditando a diferença da perda de receitas da  
14 universidade tratar-se de um equívoco no lançamento quanto aos valores então  
15 assegurados, devendo ser inclusive corrigido internamente no MEC. Reportou também  
16 que uma parte do orçamento de capital deverá ser transportada ao Conselho para  
17 definição de prioridades e investimento de capital, sendo o orçamento de custeio  
18 discutido em diferentes instâncias, em fóruns apropriados. Passou-se, em seguida, ao  
19 próximo ponto de pauta. **2.2 – Panorama das Obras.** O Senhor Presidente iniciou uma  
20 exposição com informações de todas as obras em andamento da instituição, em seus  
21 aspectos técnicos e jurídicos. Realizou considerações a respeito da licitação do primeiro  
22 bloco de obras do Instituto de Ciências Biológicas, revelando que as atividades foram  
23 iniciadas em novembro do corrente ano, relatou a licitação de pequenas intervenções  
24 importantes, como a da lavanderia da moradia estudantil, da laje da Faculdade de  
25 Educação, dos elevadores nas Faculdades de Matemática e Física, da separação da  
26 medição de água potável no Hospital Universitário – HU e das obras de contenção do  
27 talude dentro do HU. Pontuou que em Governador Valadares foi recebido um imóvel da  
28 Secretaria de Patrimônio da União para as Faculdades da Farmácia e Nutrição, sendo  
29 realizado convite para obra de demolição que está em andamento. Informou sobre três  
30 obras em curso sendo uma da Faculdade de Educação Física e Desportos, com prazo de  
31 conclusão em junho de 2017, outra na Faculdade de Comunicação com previsão de  
32 encerramento em março de 2017 e a da Central de Monitoramento que funcionará  
33 dentro de uma sala no Centro de Educação a Distância, devendo a Central entrar em  
34 funcionamento em março de 2017. Destacou que os microscópios de varredura para o  
35 centro de microbiologia estão sendo instalados nas Faculdades de Química e Física,  
36 sendo que as atividades de instalação serão encerradas até fevereiro de 2017.  
37 Mencionou quanto à instalação dos pilares e cancelas automáticas na instituição,  
38 ressaltando que as cancelas existentes serão aproveitadas, tendo sido uma instalada em  
39 caráter experimental na Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão, sendo os pilares  
40 automáticos ainda um desafio para a definição de encaminhamento, estando o processo  
41 em conversa com o TCU para uma solução, visto tratar de uma compra vultosa. Na  
42 sequência, a Conselheira Maria Alice Caldas, pediu a palavra questionando quanto ao  
43 processo de instalação e monitoramento de câmeras e alarmes para departamentos que  
44 ficam fora do Campus da Universidade, como também sobre as cancelas e acessos. O  
45 Senhor Presidente esclareceu ser a interpelação e preocupação muito relevante,  
46 propondo ser tratada em reuniões específicas para atender a demanda e solucionar a  
47 questão. Dando continuidade, passou a relatar sobre a situação do teleférico e do trenó  
48 de montanha, dois equipamentos adquiridos através de adiantamentos repassados pela  
49 UFJF para as empresas. Informou que o trenó de montanha já foi entregue, tendo sido  
50 realizado um adiantamento de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) para sua

1 aquisição, sendo um dos equipamentos que estavam na transportadora Camilo dos  
2 Santos e que se encontra guardado no galpão do Centro de Educação a Distância.  
3 Quanto ao Teleférico, comunicou que o mesmo ainda não foi importado diante de  
4 impasses com o fornecedor, estando o processo em negociação através da Procuradoria  
5 da instituição, como também na área do contencioso da AGU para apuração e uma  
6 possível resolução. Demonstrou sua satisfação quanto ao projeto paisagístico do jardim  
7 botânico da universidade, que vai abrigar um Centro de Educação Ambiental, além de  
8 laboratórios e coleções botânicas, sendo, porém, um projeto que no momento requer de  
9 R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)  
10 para ser concluído, uma vez que não dispõe no momento das estruturas físicas  
11 necessárias para receber visitas e assim fornecer uma utilização adequada. Em relação  
12 ao Planetário pontuou ser uma mega obra que disponibilizará mostras e acervos  
13 importantes, carecendo a obra da atualização de um software e de pinturas na cúpula no  
14 valor de R\$ 500.000,0000 (quinhentos mil reais) para sua finalização. Quanto ao  
15 Observatório assinalou que o mesmo já possuiu os telescópios, que será necessário  
16 realizar um ajuste da cúpula para a sua abertura, contudo, informou a todos que  
17 ressalvados os dois projetos, o Centro de Ciência deverá ser aberto em março de 2017.  
18 No que se refere ao Parque Tecnológico destacou alguns problemas quanto ao projeto e  
19 planilhas como falta de infraestrutura, necessidade de obras para o acesso da estrada que  
20 precisa ser feito pela Prefeitura, situações que dependem de parcerias com o Município  
21 e com o Estado. Asseverou, entretanto, que as conversas para tratar do assunto já foram  
22 iniciadas, sendo uma das frentes de discussão a redução do valor inicialmente projetado,  
23 além de uma pendência de licença ambiental. Ressaltou que para dar prosseguimento  
24 aos trabalhos será necessário que a CGU libere a utilização do empenho para avanço do  
25 processo. Comunicou quanto à obra do Colégio de Aplicação João XXIII, a existência  
26 de divergência no projeto e nas planilhas, sendo necessárias novas licitações, que  
27 dependem de negociações para liberação do orçamento. Corroborou ser a utilização dos  
28 saldos de empenho dos contratos a mesma situação das nove obras e da obra da  
29 Reitoria, precisando todas da autorização da CGU para conclusão. Destacou assim que a  
30 capacidade de realizar investimentos da instituição depende de conseguir na CGU  
31 autorização para utilizar os saldos de empenho, que sendo então disponibilizados  
32 possibilitarão concluir os trabalhos nos próximos anos. Registrou que o projeto de obra  
33 civil no anel viário terá que ser reavaliado, sendo uma atividade que já possuiu R\$  
34 7.000.000,00 (sete milhões de reais) empenhados. Em seguida, o Senhor Presidente  
35 procedeu a apresentação das observações relativas ao Hospital Universitário – HU,  
36 citando o Acórdão do TCU, que foi inclusive noticiado pela mídia, que apresentou um  
37 relatório ressaltando três problemas graves quanto às obras. O primeiro como sendo a  
38 inércia da administração, indicando a paralisação das obras por nove meses, no período  
39 de julho de 2015 a maio de 2016. Em contrapartida, esclareceu que em maio de 2016,  
40 um mês após o início das atividades da nova administração, foi constituída uma  
41 comissão para rediscutir os trabalhos, que produziu um relatório final em 28.09.2016.  
42 Descrição que indicava inclusive a necessidade da obra de contenção de um talude, este  
43 segundo ponto do acórdão apresentado. Como terceiro problema, o relato do TCU  
44 indicou a apuração dos fatos e das possíveis responsabilidades através de processos  
45 administrativos. A Procuradoria solicitou ainda que as comissões criadas e os processos  
46 administrativos então instaurados passassem a identificar objetos específicos. Informou  
47 que a empresa Tratenge acionou a UFJF judicialmente, sendo o processo defendido pelo  
48 contencioso da AGU. Na sequência, passou a indicar as movimentações relativas ao  
49 Campus de GV, relatando a notificação recebida quanto a uma invasão no terreno das  
50 obras de construção do Campus\GV, que foi cercada inclusive na área da terraplanagem.

1 Inteirou que foi realizada uma reunião da Pró-Reitora Adjunta de Infraestrutura, Sra.  
2 Janezete Marques, com uma equipe técnica e verificou-se a possibilidade de a UFJF ter  
3 invadido terreno alheio, sendo, então, providenciado um georreferenciamento para  
4 análise e conclusão da situação. Continuando o relato, o Sr. Presidente registrou a  
5 criação de uma comissão para acompanhar e propor alternativas para o funcionamento  
6 do Campus de Governador Valadares. O Senhor Presidente vislumbrou a possibilidade  
7 de utilizar o orçamento de capital disponibilizado para o orçamento de 2017, no importe  
8 de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para realizar as referidas obras em  
9 Governador Valadares, no imóvel recebido da Secretaria de Patrimônio da União para  
10 abrigar os cursos das Faculdades da Farmácia e Nutrição. A seguir registrou as  
11 informações quanto a Fazenda do Engenho, indicando uma ação da CGU de possível  
12 superfaturamento. Observou a necessidade da contratação de uma empresa de  
13 georreferenciamento para apuração, visto existir diferenças no que a empresa indicou e  
14 o que consta na escritura no imóvel, sendo os dados enviados para CGU para verificar e  
15 avaliar o possível superfaturamento e as medidas que serão necessárias de serem  
16 adotadas. A seguir, a Conselheira Maria Alice Caldas pediu a palavra questionando  
17 sobre do que se trataria a Fazenda, o que foi elucidado pelo Senhor Presidente. Na  
18 sequência, o Senhor Presidente registrou que foi montado um processo para uma grande  
19 licitação pública visando à elaboração de projetos executivos. Justificou a necessidade  
20 em razão da instituição sempre se pautar em projetos básicos e não em projetos  
21 executivos, tendo após os mesmos uma série de imprecisões, gerando inclusive vários  
22 aditivos, ressaltando ainda que esta ação atenderá ambos os Campi. Em seguida, a  
23 Conselheira Maria dos Remédios Silva, pediu a palavra, realizando considerações  
24 quanto ao desempenho da atual administração. Após, foi concedida a palavra ao Sr.  
25 Ângelo Denadai que solicitou esclarecimentos quanto à autorização do MEC para a  
26 utilização do orçamento de capital para GV em obras alternativas que não passem  
27 necessariamente pelo Campus, o que foi respondido pelo Senhor Presidente, como  
28 sendo plenamente possível a utilização dos recursos, uma vez que está dentro do  
29 princípio da autonomia universitária, o que deverá ser, também, autorizado pelo  
30 CONSU. O Sr. Ângelo Denadai questionou ainda uma possível divisão dos recursos de  
31 capital também para as obras do Campus sede, para proteção do terreno, o que foi  
32 esclarecido pelo Senhor Presidente que as atividades no terreno do Campus sede só  
33 serão realizadas depois de solucionados todos os problemas pendentes. O Conselheiro  
34 Ângelo Denadai retomou a palavra interrogando ainda quanto ao processo licitatório  
35 para as obras de GV, diante dos impasses, o que também foi esclarecido pelo Senhor  
36 Presidente que as licitações serão realizadas de acordo com suas demandas, depois de  
37 resolvidos os embaraços pertinentes ao terreno do Campus\GV. O Senhor Presidente, na  
38 sequência, colocou em votação a prorrogação da reunião por mais uma hora, o que foi  
39 aprovada por unanimidade. O Conselheiro André Martins solicitou a palavra, passando  
40 a registrar ponderações positivas relativas ao trabalho da atual Administração, com  
41 grande participação das unidades acadêmicas, assim como dos trabalhos da  
42 PROINFRA, reforçou a necessidade de um portal da transparência na universidade,  
43 como também indicou a necessidade de se fazer um balanço das ações judiciais  
44 envolvendo a instituição, inclusive dos processos administrativos disciplinares. O  
45 Senhor Presidente agradeceu a fala do Conselheiro, corroborando os elogios destinados  
46 a equipe da PROINFRA; quanto ao portal da transparência concordou quanto à  
47 importância da sua criação, reiterando ser o assunto tratado em momento oportuno e  
48 ressaltou ser grande a demanda dos processos da instituição, revelando não ter no  
49 momento um balanço exato dos atualmente existentes, revelando, no entanto, que a  
50 instituição não se furtará a analisar, trabalhar e divulgar os referidos processos. Em

1 seguida, a Conselheira Andréa Fagundes indagou quanto ao processo de instalação das  
2 câmeras de segurança e o processo de monitoramento das mesmas no Colégio João  
3 XXIII, visto que fariam parte do processo então licitado, mesmo não estando dentro do  
4 Campus da UFJF. O questionamento foi respondido pela Pró-Reitora Adjunta de  
5 Infraestrutura, Sra. Janezete Marques, que informou estar empenhada na solução da  
6 demanda, se disponibilizando inclusive a realizar uma reunião com a diretora para  
7 resolver a diligência. Em seguida, o Conselheiro Peterson de Oliveira solicitou a palavra  
8 para fazer um registro do progresso do Campus/GV, pontuando o apoio e suporte da  
9 administração, principalmente dos trabalhos realizados pela PROINFRA, relatando na  
10 oportunidade sua participação em uma audiência pública em Brasília no dia 01 de  
11 dezembro de 2016, realizada com diretores das unidades, com o intuito de tratar das  
12 dificuldades dos Campi Avançados localizados em regiões distantes do Campus sede.  
13 Na sequência, o Conselheiro Eduardo Condé tomou a palavra, para informar a todos da  
14 atual situação do portal da transparência da instituição, suas peculiaridades e os  
15 trabalhos que estão sendo realizados para colocar o projeto em prática com indicadores  
16 que irão além dos atualmente exigidos TCU. Externou ainda a conjuntura dos processos  
17 e demandas dos Órgãos de Controle quanto às ações e posicionamentos da universidade,  
18 revelando existirem hoje no sistema monitor da CGU, 132 (cento e trinta e duas)  
19 providências permanentes que precisam ser respondidas das quais 90% (noventa por  
20 cento) das mesmas são relativas à gestão anterior. Adiantou também que a instituição  
21 inclusive encontra-se atrasada em relação a algumas demandas, como a aprovação de  
22 um plano de logística sustentável e o assentamento digital, através do processo  
23 eletrônico. A Conselheira Ana Livia Coimbra pediu a fala para salientar questões  
24 relativas ao Jardim Botânico, destacando suas riquezas e atribuições, como espaço de  
25 pesquisa, ensino e extensão, consignando a possibilidade do seu pleno funcionamento  
26 independentemente das instalações do teleférico e do trenó de montanha, inclusive de  
27 abertura do mesmo para a comunidade. Destacou ainda os trabalhos que estão sendo  
28 realizados para construir soluções possíveis para sua abertura. O Conselheiro Arthur  
29 Avelar solicitou ao Senhor Presidente que a apresentação anteriormente apresentada  
30 fosse encaminhada aos conselheiros, o que foi autorizado. Dando continuidade à  
31 reunião, passou-se ao último ponto de pauta. **2.2 – Proposta de Planejamento**  
32 **Participativo.** O Senhor Presidente solicitou ao Conselheiro Eduardo Condé, que  
33 fizesse a apresentação da proposta de formulação integrada de políticas da UFJF, o  
34 professor então relatou que a instituição não possui atualmente uma estrutura de  
35 planejamento, estando funcionando através de ações levadas a cabo por diferentes pró-  
36 reitorias, por diferentes unidades administrativas e acadêmicas, através de ações de  
37 infraestrutura, com a inexistência de um planejamento integrado. Relatou a importância  
38 dos objetivos centrais da universidade, a centralidade do tripé (ensino, pesquisa e  
39 extensão) que conforma as suas macropolíticas fundamentais e a necessidade de  
40 relacionar estas políticas com o conjunto da vida universitária, através de uma relação  
41 direta dos formuladores, fóruns e associações. Salientou a imprescindibilidade de  
42 utilizar os formuladores de uma política integrada em parceria com a administração  
43 superior, assim como a coexistência destes três campos centrais, graduação, pós-  
44 graduação e pesquisa e extensão com duas outras dimensões, a inovação e a cultura.  
45 Comunicou que o objetivo é a formulação de políticas de longo prazo, para  
46 continuidade das ações, sem interrupções ou impasses, através da criação de um  
47 processo contínuo de planejamento e avaliação. A implementação das macropolíticas,  
48 através de um plano geral de trabalho com metas claras que possa ser monitoradas. A  
49 utilização de uma estratégia progressiva de participação das organizações com  
50 capacidade de representação e diálogo, independentes de estarem institucionalizadas,

1 partindo de níveis mais básicos e amplos até atingir as instâncias de deliberação. Uma  
2 forma de progressivamente levantar e aprofundar o debate até atingir as instâncias  
3 superiores de deliberação. Uma operação voltada para os diversos setores, em suas  
4 diversas instâncias, com ações transversais associadas com ações planejadas.  
5 Estruturação de investimentos a médio e longo prazo, não desalinhados com o Plano de  
6 Desenvolvimento Institucional – PDI, que orienta a formulação das políticas. Condução  
7 a um debate das instâncias com situações preliminares já desenvolvidas, criando uma  
8 ação orçamentária seguindo um padrão participativo, com ações para construir políticas  
9 em um horizonte de trabalho de quatro ou cinco anos, pensando um plano de longo  
10 prazo, porém não se identificando com um programa de governo, mas sim com um  
11 plano plurianual que não pode ser utilizado para engessar os outros gestores. O Senhor  
12 Presidente retomou a palavra abrindo a pauta para esclarecimentos sobre o assunto,  
13 afirmando que o propósito é garantir uma gestão participativa, cumprindo o objetivo de  
14 cooperação da proposta e assim iniciar uma discussão para operacionalizar a forma de  
15 planejamento. O Conselheiro André Martins pediu a palavra questionando quanto à  
16 existência de um cronograma para a implantação do projeto. Indagação que foi  
17 elucidada pelo Conselheiro Eduardo Condé, devendo a proposta levar até oito meses  
18 para ser implementada. Em seguida, diversos Conselheiros teceram elogios a atual  
19 administração pela iniciativa da proposta. Na sequência, a Conselheira Marise Mendes  
20 solicitou a palavra, requisitando uma maior integração das unidades acadêmicas. O  
21 Conselheiro Eduardo Condé retomou a palavra para realizar uma observação quanto ao  
22 plano diretor da instituição e sua importância para a universidade. O Senhor Presidente  
23 abriu a pauta para comunicações finais, espaço no qual a Conselheira Neiva Pinto  
24 lembrou a todos da sessão solene que será realizada no dia 22 de dezembro de 2016, na  
25 qual a UFJF concederá o título de professora emérita à ex-reitora da instituição e  
26 deputada federal Margarida Salomão. O Professor Wilhelm Freitas realizou  
27 agradecimentos a Pró-reitora de graduação e ao Pró-reitor Adjunto de graduação, como  
28 também a administração e a Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão pelo apoio assertivo  
29 aos últimos problemas ocorridos no Instituto de Ciências Exatas. O Conselheiro  
30 Peterson de Oliveira solicitou a palavra para convidar a todos para conhecerem o  
31 Campus/GV. O Senhor Presidente fez uma nota de pesar relativo ao falecimento do ex-  
32 professor Nelmar Fernandes do Colégio de Aplicação João XXIII, e não havendo mais  
33 manifestações e nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a  
34 reunião, secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que para constar lavrei a  
35 presente ata que dato e assino.

36  
37  
38 Juiz de Fora, 20 de dezembro de 2016.

39  
40  
41 **Rodrigo de Souza Filho**  
42 **Secretário Geral**

43  
44  
45 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**  
46 **Reitor da UFJF**

47  
48  
49 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.

50.	51.
52.	53.

1